

A Inflação no Brasil

Na última semana, a equipe do DIEESE divulgou uma pesquisa que traz um questionamento para deixar qualquer um com a "pulga atrás da orelha": *Por que a inflação não cai com o país em recessão?* Neste cenário de crise e ajuste fiscal, os brasileiros têm presenciado o constante aumento no preço de produtos e serviços.

A taxa de inflação do país, medida pelo IPCA, fechou o ano de 2015 em 10,67%. É a maior taxa desde 2002 e foi a primeira vez, em 12 anos, que a inflação superou o teto da meta estabelecida. No intuito de evitar que a inflação saia do controle, o governo mantém em elevação a taxa de juros (Selic) para frear o consumo.

Dos juros do cartão de crédito, às parcelas das vendas financiadas, tudo fica mais caro na tentativa de inibir as pessoas a irem às compras. Entretanto, segundo salienta o DIEESE, "essa política de juros elevados mostra-se impotente para conter a alta de preços, pois a natureza da inflação não é de excesso de demanda, pelo contrário, o país atravessa uma severa recessão, com aumento da capacidade ociosa da economia". O Departamento aponta efeitos colaterais desse remédio, resultando em:

- Aumentos no déficit público, uma vez que crescem as despesas com juros da dívida interna;
- Diminuição do crescimento e da competitividade da economia, pois reduz os investimentos; e
- Induz à valorização cambial, pois aumenta a entrada de capitais externos em busca da rentabilidade dos juros altos.

A recessão econômica já não pode ser mais explicada somente pelas altas taxas de juros e câmbio valorizado. Variações marginais nos juros básicos, depois de atingido determinado patamar, parecem ser totalmente inúteis em termos de política econômica, servem



apenas para aumentar as despesas financeiras do governo e deteriorar as contas públicas, de um lado, e aumentar os lucros do setor bancário e a remuneração dos rentistas, de outro.

Neste cenário, o trabalhador assalariado é o mais prejudicado pela elevação dos preços, pois a queda do poder de compra dos salários, pela desvalorização do dinheiro, impossibilita que ele consuma os mesmos produtos. Isso aumenta a desigualdade social, onde o trabalhador (mesmo com o salário reajustado na data-base) assiste, impotente, a inflação aumentar ao longo do ano e impor perda de renda. Assim, distanciam-se das classes mais abastadas.

O que se sabe sobre essa política é que o aumento das taxas de juros e cortes de gastos públicos funcionaram como freios poderosos sobre a atividade econômica e o nível de emprego, e jogaram a economia, que já apresentava fraco desempenho, numa recessão, gerando aumento do desemprego

e queda de salários. O efeito dessa dosagem é, portanto, a desaceleração da economia.

Conforme conclui o DIEESE: por mais que as autoridades econômicas se empenhem, a inflação resiste e não dá sinais de trégua. Nem sequer a recessão consegue dominá-la. As maiores taxas de juros reais do mundo e um expressivo ajuste fiscal não conseguem quebrar seu ímpeto. O cenário é preocupante, e os repasses automáticos de custos e a indexação indicam que o processo inflacionário está se tornando autônomo, isto é, o componente inercial da inflação passa a preponderar em relação às outras causas.

A política monetária tem se mostrado pouco eficiente, pois as causas atuais do problema inflacionário são imunes às elevações das taxas de juros que, neste momento, só aprofundam a recessão e aumentam o déficit público. Os gastos com os juros que incidem sobre a dívida pública já atingem 9,0% do PIB, o que tira potência do ajuste fiscal que o governo, a duras penas, tenta implementar.